

## LENDO MENTE E MUNDO MCDOWELLIANAMENTE: A TERAPIA FILOSÓFICA DO SEGUIR REGRAS

Iuri Slavov<sup>1</sup>

Universidade de São Paulo (USP)

 <https://orcid.org/0000-0001-6650-7929>

E-mail: iurislavov98@gmail.com

### RESUMO:

Neste artigo, tenho como objetivo mostrar como as metáforas terapêuticas de *Mente e mundo* (1996), que constituem o principal objetivo desta que é a obra mais importante de John McDowell, remetem à uma postura wittgensteiniana adotada pelo autor. A conclusão é a indicação de que uma chave de leitura adequada a *Mente e mundo* depende de um esclarecimento acerca do wittgensteinianismo terapêutico de McDowell extraído da leitura do texto *Wittgenstein on following a rule* (1984) e do encaixe desse wittgensteinianismo com as metáforas terapêuticas de *Mente e mundo*. Para tanto, seguirei o seguinte percurso. 1 - mostrarei de que forma as metáforas de *Mente e mundo* dizem respeito a uma postura wittgensteiniana que remonta a uma disputa interpretativa travada por McDowell acerca do argumento do seguimento de regras nas *Investigações Filosóficas* (1953) de Wittgenstein. 2 - apresentarei brevemente o texto *Wittgenstein on following a rule*, no qual McDowell confronta soluções não terapêuticas ao problema do seguir regras à sua alternativa terapêutica, desde onde se pode delinear as características gerais do que seria um modelo de terapia filosófica. 3 - apresentarei brevemente uma leitura de *Mente e mundo* que enfoca no tratamento de duas propostas filosóficas, o coerentismo e o mito do dado, desembocando em duas alternativas de dissolução dessas propostas, a saber, a inextricabilidade kantiana entre conceitos e intuições, e a ideia de segunda natureza. A partir dessa leitura de *Mente e mundo*, alinharei seus aspectos metodológicos às características gerais obtidas na segunda parte do artigo.

**PALAVRAS-CHAVE:** John McDowell; Mente e mundo; Terapia filosófica; Seguir regras; Ludwig Wittgenstein.

## READING MIND AND WORLD IN A MCDOWELLIAN WAY: THE PHILOSOPHICAL THERAPY OF FOLLOWING RULES

### ABSTRACT:

In this paper, I aim to show how the therapeutic metaphors in *Mind and world* (1996), which constitute the main goal of John McDowell's most important work, refer to a Wittgensteinian approach adopted by the author. The conclusion is that an adequate interpretation of *Mind and world* depends on a clarification of McDowell's therapeutic Wittgensteinianism, drawn from a reading of *Wittgenstein on following a rule* (1984), and on the fit between this Wittgensteinianism and the therapeutic metaphors of *Mind and world*. To this end, I will proceed as follows. 1 - I will show how the metaphors in *Mind and World* relate to a Wittgensteinian approach that goes back to an interpretative dispute waged by McDowell about the rule-following argument in Wittgenstein's *Philosophical Investigations* (1953). 2 - I will briefly present the text *Wittgenstein on following a rule*, in which McDowell confronts non-therapeutic solutions to the problem of rule-following with his therapeutic alternative, from which one can outline the general characteristics of what would be a model of philosophical therapy. 3 - I will briefly present a reading of *Mind and world* that focuses on the treatment of two philosophical proposals, coherentism and the myth of the given, leading to two alternatives for dissolving these proposals, namely, the Kantian inextricability between concepts and intuitions, and the idea of second nature. Based on this reading of *Mind and world*, I will align its methodological aspects with the general characteristics obtained in the second part of the article.

**KEYWORDS:** John McDowell; Mind and world; Philosophical therapy; Rule-following; Ludwig Wittgenstein.

---

<sup>1</sup> Doutorando(a) em Filosofia na Universidade de São Paulo (USP), São Paulo – SP, Brasil.

## A centralidade das metáforas terapêuticas em *Mente e mundo*<sup>2</sup> e sua remissão à terapia wittgensteiniana

Em 1994, como resultado das John Locke Lectures ministradas em Oxford em 1993, McDowell lança seu trabalho de maior impacto, MM. O impacto se dá particularmente por duas razões, para além do fôlego intelectual apresentado pelo autor. Primeiramente, McDowell se insere no meio do caminho entre duas tradições filosóficas, a filosofia analítica e a filosofia continental, de modo a, por um lado, mostrar a artificialidade dessa divisão,<sup>3</sup> e, por outro, lançar mão provocativamente de leituras heterodoxas de filosofias cujas linhas interpretativas são consolidadas.<sup>4</sup> Em segundo lugar, McDowell se utiliza de um vocabulário metafórico singular em pontos-chave de sua análise de problemas. Mais especificamente, metáforas médicas ou terapêuticas são utilizadas especialmente para endereçar problemas filosóficos e para apresentar soluções aos mesmos. À primeira vista, pode parecer se tratar de um artifício retórico utilizado para evitar enfrentar os problemas filosóficos com todas as dificuldades que eles carregam consigo. No entanto, basta que as metáforas passem a aparecer menos – isto é, sobretudo no trajeto entre o endereçamento das questões e o final do tratamento –, que tal impressão desaparece: a complexidade supostamente própria à filosofia vem à tona.

Ora, mas por que, então, não se fixar justamente neste “entrelugar” onde os argumentos são propriamente desenvolvidos? A resposta a essa pergunta nos encaminha para o ponto fulcral deste artigo. Em 1996, dois anos após a publicação da primeira edição de MM, McDowell decide escrever uma introdução ao livro pela seguinte razão:

Desde [1994], contudo, eu fui levado a perceber que ele [i.e., o livro] é mais difícil de se entender do que eu pensava. Espero que uma visão de cima [*overview*], omitindo alguns detalhes para focar no tema central, ajude ao menos alguns leitores (McDowell, 1996, p. xi).

McDowell se dispôs, portanto, a oferecer uma “visão de cima”<sup>5</sup> de seu próprio trabalho, direcionando-se ao que é de fato o “tema central” deste. Como se verá a seguir, a introdução tem em vista especialmente as metáforas, e, sendo assim, elas são o tema central. Como se lê nas primeiras linhas da introdução, o objetivo de MM é:

propor uma explicação [*an account*], em um espírito de diagnóstico, de algumas ansiedades da filosofia moderna – ansiedades que se centram, como indica meu título, na relação entre mente e mundo. Continuando com a metáfora médica, nós podemos dizer que um diagnóstico satisfatório deveria apontar em direção de uma cura. Meu objetivo é explicar como acontece de parecer estarmos confrontados com obrigações filosóficas de um tipo familiar, e desejo a explicação que nos permite desmascarar essa aparência como [sendo uma] ilusão.

<sup>2</sup> Daqui em diante, MM.

<sup>3</sup> McDowell não é o primeiro a fazer isso. Exemplos capitais de tais tentativas são os textos e autores que aparecem no compêndio *Post-analytic Philosophy* (Rajchman, J.; West, C., 1985). Dentre eles estão, por exemplo, Rorty, Putnam, Cavell, Raws, Bernstein e Kuhn. É difícil rastrear em que medida cada um desses autores influencia o trabalho de McDowell, no entanto, ao menos dois autores que seguem a mesma linha de embotamento da divisão analítico-continental são incontornáveis a McDowell, quais sejam, Peter Strawson e Wilfrid Sellars.

<sup>4</sup> Vide o subtítulo de sua interpretação de um famoso trecho da *Fenomenologia do Espírito*: “em direção a uma leitura heterodoxa do ‘senhor e escravo’” (McDowell, 2008, pp. 147 - 165).

<sup>5</sup> A imagem de uma “visão de cima” é de particular importância para uma tradição de pensamento wittgensteiniana terapêutica. Em Wittgenstein, nas *Investigações*, o autor nos fala em fornecer uma “representação panorâmica” ou “perspêcia” como sendo a “tarefa da filosofia”, ao invés de “resolver contradições” (*IF*, §§122 e 125). Sobre isso, cf. Baker, 2004. Não deixa de ser curioso que o método wittgensteiniano para a dissolução de problemas seja aplicado por McDowell sobre sua própria obra, a qual, por sua vez, como mostraremos, é circunscrita por este método wittgensteiniano tal como interpretado por McDowell.

É importante que a ilusão seja capaz de nos ater [*gripping us*]. Quero ser capaz de reconhecer o poder das fontes da ilusão, para que consideremos a nós mesmos capazes de respeitar a convicção de que as obrigações são genuínas, mesmo quando vemos como nós podemos, de nossa parte, rejeitar a aparência em face de uma tarefa intelectual urgente (McDowell, 1996, p. xi).

O que nos importa por ora não é uma análise detalhada do trecho, e sim a constatação de que são as metáforas terapêuticas quem ocupam o lugar de protagonista em MM. Não nos importa pois, em última instância, uma tal análise das metáforas fatalmente nos encaminharia a questões acerca da procedência delas. Ou seja, dizer que tais observações metodológicas realizadas através de uma linguagem metafórica específica é o núcleo de MM nos demanda uma análise dessas observações, o que, por sua vez, exige uma investigação acerca de quais são as fontes desde as quais McDowell desenvolve esse tema. A forma que encontramos para direcionar essa investigação é simples: (i) localizar uma admissão de qual é o método ou modelo adotado por McDowell em toda a sua obra; (ii) apresentar uma análise do texto no qual o autor explicita esse método, de modo a vincular tal texto à admissão. É somente depois disso que o trecho citado acima é iluminado em todos os seus contornos.

Uma admissão desse tipo se encontra, por exemplo, na seguinte resposta de McDowell acerca de imprecisões conceituais presentes em sua polêmica tomada de posição hegeliana a partir de MM:

[os autores]<sup>6</sup> ignoram o fato de que meu modelo para uma ideia de filosofia terapêutica era a observação de Wittgenstein de que [a] filosofia (como ele a pratica) não é uma questão de avançar teses; se alguém avançasse teses, ele diz, todos iriam aceitá-las (McDowell, 2018, p. 246).

Numa palavra, o modelo de filosofia ao qual McDowell adere é terapêutico (ou quietista) de tipo wittgensteiniano.<sup>7</sup> Nos voltarmos à obra de Wittgenstein e à sua bibliografia secundária pode dar indicações do que seria esse modelo, porém, seria mais preciso apresentar a interpretação de McDowell do que é tal modelo em Wittgenstein. Imediatamente, *Wittgenstein on following a rule* vem à mente. Porém, em que medida um texto de McDowell sobre disputas interpretativas acerca do tema do seguir regras pode por fim iluminar o modelo de filosofia wittgensteiniana adotado pelo autor sulafricano? Em outras palavras, quando um autor possui, por um lado, interpretações de propostas filosóficas, e, por outro, sua própria proposta, em que medida as coisas se entrelaçam? No caso de McDowell, em sua leitura de partes da filosofia hegeliana, por exemplo, não há um vínculo claro entre sua interpretação da letra do texto de Hegel, por um lado, e a sua tomada de posição hegeliana em seus próprios textos, por outro.<sup>8</sup> Em suma, a admissão da utilização de um modelo terapêutico wittgensteiniano em sua filosofia não advém necessariamente da leitura do argumento do seguimento de regras no texto de 1984. Essa mediação se encontra apenas com uma afirmação como a seguinte, em *Wittgensteinian “quietism”* (2009):

Para compreender sobre o que deveriam ser essas observações [de Wittgenstein sobre o filósofo e a filosofia], nós precisamos olhar para o que Wittgenstein efetivamente faz nas *Investigações*. Seria amplamente aceito que o seu tratamento das dificuldades que podemos cair quando refletimos sobre seguir uma regra é característico de sua forma de

<sup>6</sup> Os autores ao qual McDowell se refere são Bordinon, 2018; Sanguinetti, 2018.

<sup>7</sup> Para uma apresentação sintética das diferentes interpretações sobre o que é a terapia ou quietismo wittgensteiniano, particularmente nas *Investigações filosóficas*, cf. Slavov, 2025, pp. 7 - 25.

<sup>8</sup> cf. McDowell, 2008, pp. 147 - 165 e compare com a menção ao idealismo absoluto de Hegel em MM como a posição que pode superar os resquícios transcendentais da filosofia kantiana (cf. McDowell, 1996, p. 44).

fazer filosofia nesse texto. Então, para entender a ideia de fazer filosofia sem teses, nós deveríamos considerar este tema na obra (McDowell, 2009, p. 367).

Não se trata de mero preciosismo a mediação encontrada nesta passagem. Ainda que diferentes comentários sobre a filosofia de McDowell apontem como incontornável o matiz wittgensteiniano de toda a sua filosofia, poucos são os que se preocupam em entender no que consiste esse modelo e se há elementos decisivos para que se afirme que há de fato um tal modelo –<sup>9</sup> o que reforça o estigma de que McDowell fornece soluções torpes a problemas filosóficos, mesmo após se demorar longamente sobre eles.<sup>10</sup> Em resumo, com este trecho fazendo a ponte entre a tomada de posição wittgensteiniana e a análise do texto de Wittgenstein, passamos a este último sabendo que é na disputa interpretativa acerca do argumento do seguimento de regras que se encontra o modelo filosófico adotado por McDowell, que é colocado como ponto fundamental de seu principal escrito, MM, conforme o trecho da introdução deste livro citado acima.

### Seguir a regra como terapia filosófica

A preocupação principal de McDowell ao discutir os famosos parágrafos §§185 - 242 das *Investigações* é, em sua opinião, a mesma daqueles intérpretes com os quais ele se põe a debater, Crispin Wright e Saul Kripke,<sup>11</sup> a saber, a possibilidade da manutenção da ideia partilhada pelo senso comum de que somos constrangidos normativamente por regras às quais somos apresentados, mesmo após o paradoxo apresentado no §201: “uma regra não poderia determinar nenhum modo de agir [*Handlungsweise*], uma vez que todo modo de agir pode ser posto em concordância com a regra” (Wittgenstein, 2022, p. 160; *PU*, §201).<sup>12</sup> Ora, mas se todos (McDowell, Wright e Kripke) procuram a manutenção desta noção comum de coerção normativa, em que medida McDowell se volta contra esses outros dois intérpretes? Como se verá, estes últimos encaram o paradoxo do seguir regras como incontornável, não sendo possível, dele em diante, qualquer forma de significado objetivo ou, mais precisamente, de “padrões independentes de ratificação”, como frisa Wright (Wright, 1980, p. 216; Wright, 2001, p. 40).

É suficiente nos atermos à discussão de McDowell com Wright, que é o alvo privilegiado do texto de 1984, para compreender de que forma McDowell critica as soluções ao paradoxo que abrem mão da objetividade do significado. Em linhas gerais, o ponto de partida de Wright, para McDowell, é avaliar possibilidades de enfrentamento ao paradoxo que não se direcionam imediatamente a soluções segundo as quais os indivíduos simplesmente corrigem uns aos outros conforme os sons emitidos em comunidade. Por fim, passando pelas possibilidades de

<sup>9</sup> Pelo lado dos comentários que apenas mencionam a centralidade do modelo wittgensteiniano sem se deter, cf. Cheng, 2021; Corti, 2014. Pelo outro lado, cf. De Gaynesford, 2004; Thornton, 2019.

<sup>10</sup> Crispin Wright, em comentário a MM, é o exemplo mais fundamental desse tipo de leitura, mas, por fim, capta a profundidade da proposta mcdowelliana – não à toa, Wright é, desde antes de MM, um dos alvos privilegiados de McDowell, como se verá na segunda parte do artigo. Wright reconhece tanto que McDowell elabora “discussões detalhadas” sobre as propostas filosóficas que analisa quanto propositadamente se utiliza de um jargão metafórico que, na verdade, é o centro da obra – aliás, elogia sobremaneira o estilo “fluido, confiante e idiossincrático” de McDowell (Wright, 2002, p. 157). Porém, diz que o jargão metafórico-terapêutico mcdowelliano compromete o rigor da filosofia analítica: “Não pode ser que ele pense que o cuidado e o rigor que nós tentamos inculcar em nossos alunos é meramente um fetiche, não justificado por qualquer coisa em seus [i.e., dos alunos] projetos ou assuntos filosóficos. Será que ele vê o tipo de desconstrução dos programas de pesquisa de filosofia analítica existentes como algo que não pode ser cumprido salvo por uma escrita de um gênero – retórico ou terapêutico – um tanto diferente? [...] o temor deve ser o de que o livro encorajará muitos daqueles suscetíveis a nadar nos mares da metafísica, para além das profundezas que suportam” (Wright, 2002, p. 157 e 158).

<sup>11</sup> Salientamos que, na medida em que nosso objetivo é investigar o modelo de filosofia adotado por McDowell, é suficiente que nos voltemos apenas à leitura de McDowell dos autores com os quais ele debate e não à análise detida dos textos destes últimos.

<sup>12</sup> As citações das *Investigações filosóficas* seguiram o seguinte modelo: primeiro, a tradução para o português utilizada por nós, segundo, uma abreviação que indica o parágrafo. Assim, caso haja modificações na tradução, é possível consultar o original, que foi por nós consultado a partir da versão bilingue traduzida por Anscombe. Ex: Wittgenstein, 2022, p. x; *PU*, §x.

enfrentamento, a solução de Wright será mesmo esta última: nos corrigimos mutuamente meramente conforme os sons<sup>13</sup> que emitimos em nossa comunicação, constituindo um quadro que poderíamos entender como um comunitarismo no qual o “contato [entre os indivíduos] é meramente exterior” (Segatto, 2015, p. 141).

As possibilidades aventadas antes de chegar a essa conclusão são as seguintes. Primeiro, a de que, diante do paradoxo, um indivíduo, poderia, por si só, elaborar sucessivamente padrões ou normas, os quais, no momento em que o indivíduo não for mais corrigido por outros indivíduos, serão identificados como sendo os mesmos padrões seguidos pelo restante da comunidade da qual ele faz parte ou que está ingressando. Numa palavra, em um “salto” ou em um “chute inspirado” (Wright, 1980, p. 217, apud. McDowell, 1984b, p. 224), um indivíduo passa a compartilhar com esta comunidade as mesmas normas que a constroem. Evidentemente, a alternativa é ineficaz: a partir de uma adivinhação, não é possível distinguir se um indivíduo está ou não seguindo uma regra, mesmo que não haja sinais de reprovação pelos seus pares: do fato de que ele não seja repreendido não se segue que ele esteja seguindo a mesma regra que os outros, como bem nos ensina o paradoxo. Disso pode se aventar uma segunda alternativa: a comunidade em conjunto apreende a regra que ela mesma segue, e o indivíduo que vem a se inserir nesta comunidade sem ser repreendido apreendeu a regra que todos já haviam apreendido anteriormente. O problema com tal alternativa, na verdade, é o mesmo da primeira: deveria haver algo como um “chute inspirado”, porém, agora, em um outro nível, dado que seria a própria comunidade quem deveria dar o “chute” – mas ela não teria como recorrer a um nível de assentimento outro que não a ela mesma, como fez o indivíduo da primeira alternativa recorrendo à comunidade (McDowell, 1984b, p. 233).<sup>14</sup>

Para Wright, enxerga McDowell, o que se conclui disso é óbvio: ficar com o paradoxo e, então, construir algo a partir dele de modo a não perder de todo a naturalidade da coerção normativa. Especificamente, conforme as duas alternativas aventadas, não podemos concluir nem que há nem que não há algo que definitivamente decide se alguém (ou a própria comunidade) está seguindo uma regra – ou seja, ficamos com o paradoxo da impossibilidade de reconhecimento da norma que nos constrange a agir em conformidade com ela. Disso se segue que, na verdade, o critério mínimo é meramente que a comunidade “simplesmente prossegue” [*it just goes*] sempre corretamente e o indivíduo que ingressa nesta comunidade deve estar consonante com tal prosseguir (Wright, 1980, p. 220, apud. McDowell, 1984b, p. 233). No limite, literalmente consonante, pois se trata de emitir sons assemelhados, e aquele que “sai do tom” é trazido de volta à consonância através da reprovação de seus pares. É sobre este último ponto (i.e., a solução de Wright) que incide a crítica de McDowell e desde onde podemos compreender a possibilidade de uma leitura terapêutica do argumento do seguimento de regras.

Para McDowell, Wittgenstein indica uma distinção fundamental entre o consenso comunitário sugerido por Wright e uma verdadeira coerção normativa. Através de uma leitura e pequena modificação das palavras utilizadas por Wittgenstein no §460 das *Investigações*, McDowell chega ao ponto fulcral de sua crítica a Wright:

Será que a justificação de uma ação como sendo o cumprimento de uma ordem poderia ser dada assim: “Você disse ‘Traga-me uma flor amarela’, sobre o que se recebeu aprovação de todos os espectadores; é por isso que eu a trouxe”? Será que não precisaríamos responder a isso: “Mas eu não lhe mandei trazer a flor que

<sup>13</sup> Evidentemente, não se trata exclusivamente da emissão de sons, mas de formas de comunicação que se dão através de algum tipo de “exteriorização”.

<sup>14</sup> Para uma exposição reduzida dessas alternativas e seus problemas, cf. Wright, 2001, pp. 34 - 42.

deveria receber aprovação por parte de todos depois do que eu disse!”? (Wittgenstein, 2022, p. 262; *PU*, §460, apud. McDowell, 1984b, p. 234).<sup>15</sup>

Como se lê, a objeção de Wittgenstein se volta mesmo ao que Wright denuncia como sendo alternativas mal-sucedidas de enfrentamento do paradoxo: o assentimento de todos não indica de modo algum que haja uma norma subjacente identificada por todos tal como aquela descoberta por um “chute inspirado”. Contudo, para McDowell esse não é o cerne da questão. Antes, o que está em primeiro plano no apontamento de Wittgenstein é que o constrangimento normativo não está no assentimento comunitário, mas na ordem mesma de que se traga uma flor amarela (cf. Thornton, 2019, p. 32). Ao final, a alternativa de Wright recai em um nível disposicional não normativo ou, nas palavras de McDowell, em um “nível básico”, onde se tem em vista preservar algum resquício de uma noção de normatividade compartilhada pelo senso comum, mas onde, efetivamente, nada resta que não a emissão regular de sons assemelhados (McDowell, 1984b, p. 235).<sup>16</sup> A regularidade se traveste de normatividade, e com isso se esqueceu que Wittgenstein alerta que há um limite do qual não podemos passar em busca de, por assim dizer, um ineficaz apoio normativo para a própria normatividade: “Quando esgoto as fundamentações [*Begründungen*], alcanço a rocha dura e minha pá verga” (Wittgenstein, 2022, p. 167; *PU*, § 217, apud. McDowell, 1984b, p. 240).

Portanto, McDowell segue o mesmo caminho de Wright até certo ponto. Não se pode negar que aquilo que Wittgenstein apresenta em §201 é mesmo um paradoxo, assim como não se pode aceitar que apreendemos as regras em um salto mágico e então as seguimos corretamente – isto é, as duas alternativas aventadas por Wright. Por outro lado, ao reconhecer tudo isso, não somos compulsoriamente levados a nos encaminhar à

imagem alternativa que Wright delinea [...]. A comunidade identificada por Wright, de fato, pode ser descrita sem recorrer a qualquer noção normativa, como um tipo de coleção de máquinas disposicionais que reagem no nível fonético de modo quase homogêneo (Marchesin, 2016, p. 198).

O que então fazer diante do paradoxo? Diante dele, recuar ao invés de avançar; dissolvê-lo ao invés de respondê-lo; explicitá-lo como um mal-entendido do qual se pode prescindir e não como uma questão cuja resposta é mandatória. É isso o que encontramos, para McDowell, em alguns trechos de parágrafos como §§198, 201 e 202. De particular relevância é o que se lê no §201, logo após a apresentação mais explícita do paradoxo:

que há um mal-entendido aí [i.e., no paradoxo] é algo que já se mostra no fato de que, nessa linha de pensamento, vamos enfileirando uma interpretação uma atrás da outra;

<sup>15</sup> O parágrafo sem a modificação diz o seguinte: “Será que a justificação de uma ação como sendo o cumprimento de uma ordem poderia ser dada assim: “Você me disse ‘traga-me uma flor amarela’, e esta flor aqui me trouxe imediatamente um sentimento de satisfação, por isso eu a trouxe”? Será que não precisaríamos responder a isso: “Eu certamente não mandei você trazer a flor que, diante de minhas palavras, lhe traria esse sentimento!”” (Wittgenstein, 2023, p. 234; *PU*, §406). Sem a modificação de McDowell, o trecho se insere em discussões acerca de conceitos psicológicos ou da gramática dos sentimentos. No fim das contas, para McDowell, todas essas discussões podem ser remetidas direta ou indiretamente a toda a discussão sobre o seguimento de regras. Isso se torna evidente quando, no meio de sua análise da interpretação de Kripke, o autor nos diz: “nós devemos entender que o essencial do argumento da linguagem privada está contido na discussão geral sobre o seguir regras, ao invés de [estar] na seção das *Investigações* que começa em §243, onde [o argumento da linguagem privada] tem sido mais usualmente olhado” (McDowell, 1984b, pp. 243 e 244).

<sup>16</sup> Além do argumento trazido pela modificação do §460 das *Investigações*, está em jogo um argumento mais extenso esclarecido por Finkelstein: (i) a comunidade simplesmente prossegue e, então, “o que quer que pareça correto para nós [i.e. a comunidade] é correto” (McDowell, 1984b, p. 225); (ii) assim, para a comunidade não há o errado; (iii) se a comunidade não pode expressar o que está em desacordo com o correto (i.e., o errado), ela não pode expressar o próprio correto; (iv) sendo assim, “se os veredictos da comunidade não podem ser considerados como sendo certos, eles não nos constroem” a agir do modo correto quando confrontados com uma regra (Finkelstein, 2006, p. 119).

como se cada uma nos tranquilizasse ao menos por um momento, até que pensamos em uma interpretação que, uma vez mais, se encontra por trás da anterior. Desse modo, mostramos, notadamente, que há um modo de conceber uma regra que *não* é uma interpretação; mas que se expressa, a cada caso de sua aplicação, naquilo que chamamos de “seguir a regra”, e no que chamamos de “agir contrariamente a ela” (Wittgenstein, 2022, p. 160; *PU*, §201, grifo do autor).

A complicação com o paradoxo, que acaba por levar tanto às tentativas aventadas por Wright como à solução meramente disposicional proposta pelo mesmo, é gerada por uma suposta necessidade de que haja uma interpretação que medeia a apresentação da regra e o agir conforme a esta. Se se entende que não é imprescindível que haja uma mediação feita pela interpretação, então damos um passo atrás diante do desafio imposto pelo paradoxo, dissolvendo-o como um mal-entendido, como resultado de uma pergunta para a qual não precisamos responder pelo fato de ela ser, no fundo, capciosa.<sup>17</sup> Disso, contudo, não se segue uma postura de recusa completa à questão acerca da possibilidade ou não da compreensibilidade da coerção normativa. É fundamental, para McDowell, entender que a posição tomada por Wittgenstein frente a paradoxos como o que está aqui em questão não é, de saída, não envolver-se com problemas filosóficos dado que suas resoluções por fim não desaparecem com o problema. Na verdade, é preciso examinar como chegamos até ou como se constitui o paradoxo e quais são os enfrentamentos que fracassam diante dele. Sem tal exame, poderíamos dizer que Wittgenstein não passaria de um “quietista global”, que recusa de saída todo e qualquer envolvimento com a filosofia em geral.<sup>18</sup> Não somente não se trata de um quietismo ou terapia deste tipo, como é uma abordagem que respeita tão profundamente o apelo das elaborações filosóficas que precisa, por isso, oferecer uma alternativa viável àquele que se enredou no problema – pois, do contrário, nada impediria o indivíduo de buscar novas respostas ou se deter nas mesmas. Como McDowell nos lembra em um texto posterior acerca do quietismo wittgensteiniano, este tipo de abordagem wittgensteiniana

é de fato trabalho. A filosofia terapêutica é criada para nos poupar do trabalho árduo da filosofia positiva, mas ela tem suas próprias dificuldades. [...] este tipo de filosofia necessita de uma apreciação precisa e solidária [*sympathetic*] das tentações que ela objetiva desconstruir. Não se trata de descartar rapidamente, desde fora, uma gama de atividades filosóficas. (McDowell, 2009, pp. 371 e 372).

Além de não “descartar” imediatamente as posições filosóficas, parte das dificuldades do trabalho da filosofia terapêutica é, como dissemos, a proposição de uma alternativa a ser apresentada após a explicitação do problema como “pseudoproblemático”, como “dissolvível”, para que o interlocutor não seja reincidente. Para McDowell, a alternativa é justamente o reconhecimento da “rocha dura” citada pouco acima, a normatividade como instância última, sem justificações para além de si mesma.<sup>19</sup> Tal reconhecimento se dá ao fazermos o balanço dos

<sup>17</sup> Em outro artigo sobre Wittgenstein, mais especificamente voltado contra a interpretação de Kripke das *Investigações*, McDowell descreve bem do que se trata a pseudo-urgência e o caráter propriamente não terapêutico de questões filosóficas que nos são impostas, tais como a do regresso das interpretações: “Uma lição mais wittgensteiniana a se aprender a partir da manipulação do regresso de interpretações é que nós precisamos de um diagnóstico de por que nós estamos inclinados a cair na admissão peculiar [...] que faz tais questões parecerem urgentes [*pressing*]. Dado um diagnóstico satisfatório, a inclinação deveria evaporar, e as questões deveriam simplesmente dissolver-se [*fall away*]. Não há necessidade de inventar respostas filosóficas substanciais a elas. A resposta certa a “como é possível o significado?” [...] é descobrir a forma de pensar que faz parecer difícil acomodar o significado [...] em nossa imagem de como as coisas são e expor o quão não compulsório é pensar desta forma” (McDowell, 1993, p. 272).

<sup>18</sup> “Quietismo global é a visão de que todas as instâncias de atividade filosófica relevantes devem ser rejeitadas” (Spiegel, 2021, p. 111). Cf. Corti, 2022; Virvidakis, 2008.

<sup>19</sup> McGinn capta o ponto principal da leitura de McDowell de Wittgenstein – apesar de não estender este ponto a toda a filosofia de McDowell, como queremos indicar neste artigo –: “resistir à tentação de ir adiante, de ‘dizer algo mais’: tentar justificar, ou

pontos levados em consideração no tratamento da posição de Wright. Em alusão à *Odisseia*, McDowell diz que quando aceitamos o desafio proposto pelo paradoxo, o caráter imprescindível de uma interpretação mediadora, ficamos entre “Cila” e “Caríbdis”: por um lado, sabemos que a análise da proposta de uma interpretação posta entre a ordem apresentada e o agir revela que qualquer agir pode estar em conformidade com a ordem apresentada (Cila); por outro lado, disso não pode se seguir acatar que a normatividade deva ser equacionada à regularidade (Caríbdis). Responder a esses perigos é, então, pelo lado de Cila, pensar em algo como uma “reação ‘cega’ a uma situação [e.g., uma ordem]”, e, pelo lado de Caríbdis, a diferenciação entre normatividade e regularidade (McDowell, 1984b, p. 242).<sup>20</sup> Em outros termos, a normatividade deve ser reconhecida na imediatidade do agir conforme uma regra. Neste sentido, o seguir a regra deve ser concebido como uma ação daquele que já está iniciado em uma prática ou costume.

O simples e capital exemplo utilizado por McDowell – um exemplo, pois uma teorização já está esvaziada de saída: não se justifica a justificação última – é o de uma placa de sinalização. Aquele que é educado ou formado [*upbringing*] dentro dos costumes relativos, por exemplo, a sinalizações de direção, quando se depara com uma placa indicando um caminho, não pestaneja: age, executa a regra sem a interposição de uma interpretação que impulsiona o seu agir – o que alegadamente conectaria regra e execução (McDowell, 1984b, p. 239).<sup>21</sup> O motivo da coerção não é, desta forma, a ausência de uma reprovação, mas a própria placa de sinalização enquanto um item no mundo dotado de carga normativa. Quando McDowell

invoca a ideia de prática, [ele] sugere como as normas são parte da fundação da vida humana. Mais que isso, uma vez que alguém é iniciado em práticas linguísticas, *a sua experiência pode conter os significados* expressados por outros em suas afirmações.” (Thornton, 2019, p. 44, grifo nosso).<sup>22</sup>

Com esse quadro esboçado por McDowell, o que ele nos propõe é uma mudança de perspectiva acerca do tema,<sup>23</sup> de tal modo que este não seja mais visto como um problema. Trata-se da “descoberta [*Entdeckung*] de algum simples contrassenso” (Wittgenstein, 2022, p.102; *PU*, §119) – neste caso, de que precisamos compulsoriamente de uma interpretação mediadora –, e, então, da libertação da “imagem [que] nos mantinha cativos” através da “organização daquilo que há muito tempo nos é familiar (Wittgenstein, 2022, pp. 99 e 101; *PU*, §§ 109 e 115). Essa

---

explicar, ou tornar inteligível o que está em nossa frente ao dar a isto um fundamento na natureza das coisas” (McGinn, 2010, p. 167).

<sup>20</sup> A normatividade depende da regularidade, isto é, há algo que sustenta a “rocha dura” mas que difere fundamentalmente dela. Tanto McDowell quanto Wittgenstein reconhecem isso (cf. McDowell, 1984b, p. 251; Wittgenstein, 2022, p. 216 e 217; *PU*, §345).

<sup>21</sup> McDowell tem em vista o §198 das *Investigações*, porém, em outros textos, ele aponta um exemplo que julgamos ainda mais preciso: “O distraído que se volta para a esquerda após a ordem “Direita, volver!” e então diz, batendo na testa, “Ah, sim – volver à direita”, e se vira para a direita. – O que foi que lhe ocorreu? Uma interpretação?” (Wittgenstein, 2022, p. 276; *PU*, §506).

<sup>22</sup> Juntamente do modelo filosófico terapêutico wittgensteiniano, este é, em nossa visão, o outro tema que atravessa toda a obra do autor, através de diferentes elaborações: *eudaimonia* aristotélica como segunda natureza (McDowell, 1980; McDowell, 1995); *Bildung* (McDowell, 1996, pp. 66 - 86); sentidos fregeanos dependentes de objeto (McDowell, 1984a); conteúdo conceitual da experiência (McDowell, 1995; McDowell, 2000); etc. No caso do exemplo aqui em questão (i.e., a placa de sinalização), todas estas elaborações são vias explicativas, porém, especialmente a ideia de uma segunda natureza e de *Bildung*. Com essa ideia aplicada a tal exemplo, McDowell não está dizendo que os objetos são entes racionais, capazes de “dar e pedir razões”, como diz Sellars (Sellars, 1956); antes, ele está apontando como os objetos estão presentes dentro do contexto daquilo que é humano e, por isso, não há motivos para que não os pensemos como dotados de carga normativa ou conceitual. Algo sobre isso será dito na terceira parte do artigo. Por ora, basta indicar o caráter essencial dessa ideia e, especialmente, sua imbricação como o modelo filosófico adotado: todos esses conceitos-chave são, em última instância, reorientações de pensamento, alternativas de cura engendradas para o tratamento de problemas específicos (cf. nota 4).

<sup>23</sup> Ao “sublimar a lógica” e se encaminhar aos parágrafos detidos no método filosófico das *Investigações*, Wittgenstein diz: “A ideia preconcebida de uma pureza cristalina [da lógica] só pode ser afastada se damos *um giro em toda a nossa perspectiva* [*Betrachtung*]” (Wittgenstein, 2022, p. 98; *PU*, §108, grifo nosso).



reorientação reveladora nos encaminha a um estado de “descanso” [*Ruhe*], do qual nunca teríamos saído se não tivéssemos topado com problemas filosóficos (Wittgenstein, 2022, p. 108; *PU*, §133), e isso, para McDowell, é o grande objetivo da filosofia de Wittgenstein: “lembrar de algo que conseguimos tomar da forma apropriada somente depois de estarmos aptos a ver que tais perguntas [i.e., perguntas filosóficas] são baseadas em um erro” (McDowell, 1993, p. 277).

Com isso em vista, podemos indicar uma sistematização, com vistas a aspectos metodológicos, do percurso abreviado que reconstruímos de *Wittgenstein on following a rule*, escrito que, como vimos, medeia a tomada de posição terapêutica wittgensteiniana de McDowell e sua leitura do texto do filósofo austríaco:

(1) McDowell aponta para como um problema filosófico é abordado inicialmente e para as consequências geradas por tal abordagem: um paradoxo acerca do seguir regras, devido à suposta necessidade de uma interpretação mediadora, pode fazer com que caia por terra a noção partilhada pelo senso comum de que somos constrangidos normativamente por regras;

(2) McDowell expõe, através do exame da proposta de Wright, como a abordagem adotada diante do problema – i.e., ficar com o paradoxo e pensar no que podemos fazer a partir dele – nos leva a alternativas insatisfatórias, as quais, porém, os indivíduos se atrelam firmemente devido às consequências desastrosas que o paradoxo traz consigo conforme a abordagem e enquadramento inicial do mesmo;

(3) McDowell, por fim, após ter mostrado a ineficácia das alternativas à mesa, propõe uma outra abordagem frente ao que foi inicialmente tomado como um problema, de modo a mostrar como o caminho percorrido na explicitação da ineficácia das alternativas ilumina o que é necessário para que o quadro inicial se reconfigure de modo não problemático: por um lado (Cila), a imediatez do seguir regras, por outro (Caríbdis), a irreduzibilidade da normatividade. Isso é alcançado através da ideia de prática ou de costumes. A demanda de um quadro alternativo se dá pois, sem isso, a despeito da explicitação já executada acerca da ineficácia das alternativas propostas, os proponentes das alternativas continuam a se enredar no problema tal como ele foi enquadrado inicialmente.

### **Partindo das metáforas de *Mente e mundo*: ansiedades e alternativas de cura**

Como sublinhamos na primeira parte deste artigo, as metáforas terapêuticas não são apenas indicações de como ler MM, tampouco adornos que auxiliarão na compreensão do trajeto percorrido ao longo do livro. Com efeito, são aspectos metodológicos que, por fim, vêm a ser o objetivo mesmo de todo o livro. Após termos passado pela análise mcdowelliana do tema wittgensteiniano que “é característico de sua forma de fazer filosofia” (McDowell, 2009, p. 367), podemos retornar desta análise munidos do arcabouço necessário para uma interpretação consequente de MM. Para isso, basta uma breve reconstrução de alguns pontos-chave do livro, com foco na introdução – mesmo que uma “prova cabal” de que o modelo terapêutico wittgensteiniano circunscreve MM exigisse uma leitura detalhada das conferências que compõem o livro (cf. Slavov, 2025, pp. 73 - 104).

Como citamos na primeira parte do artigo, com a finalidade de primeiramente apresentar o vocabulário metafórico terapêutico empregado por McDowell, a introdução de MM é aberta através da ideia de um diagnóstico de “ansiedades modernas”, as quais devem ser mostradas como calcadas em uma “ilusão” e para as quais deve-se oferecer uma “cura” (McDowell, 1996, p. xi). De modo direto, as “ansiedades” são aquilo que subjaz uma proposta filosófica diante de um problema filosófico; a “ilusão”, a forma como os termos do problema filosófico foram abordados embaraçosamente, sendo, por isso, problemático; a “cura”, uma proposta de reorganização dos termos daquilo que foi tomado inicialmente como problemático, de tal forma que não haja mais

nenhum empecilho na visualização de como estes termos se concatenam. No caso de MM, o problema filosófico fundamental ou “ansiedade mais profunda” [*deeper anxiety*] se dá a partir do seguinte (McDowell, 1996, p. xiii). Sabemos que apenas nossa experiência sobre o mundo pode constituir um tribunal digno para nossas afirmações acerca do próprio mundo, ou seja, o “tribunal da experiência” é a última instância à qual podemos recorrer para que nosso pensamento diga legitimamente respeito ao mundo, seja um pensamento objetivo (McDowell, 1996, p. xii). Contudo, desde as denúncias de Sellars ao “mito do dado” e de Davidson ao “terceiro dogma do empirismo” (Sellars, 1956; Davidson, 1973), levamos em consideração que os impactos do mundo sobre nós não operam em um mesmo registro que nossas afirmações em geral e, conseqüentemente, que as afirmações sobre o mundo. Nossas afirmações estão em um espaço propriamente normativo, caracterizado pela capacidade de “dar e pedir razões” para se afirmar algo, e as impressões sensíveis escapam a tal dinâmica – justamente elas, que deveriam ser o último lugar ao qual recorreremos para atestar que nosso pensamento é dirigido racionalmente a objetos. Quer dizer, tentar estender o “espaço das razões” de modo a incluir a experiência sensível dentro dessa circunscrição é cair no mito do dado. Porém, parece que, sem recorrer ao dado não normativo ou não-conceitual, admite-se que o contato com o mundo à nossa volta é inexplicável. O problema então é como juntar o fato de que o modo de operação do espaço das razões é *sui generis* (McDowell, 1996, p. xviii) com o fato de que precisamos prestar contas ao mundo acerca de nossas afirmações sobre ele. E a ansiedade profunda que se segue deste problema é: “uma ameaça incipientemente sentida de que a forma de pensar na qual nos encontramos adentrando deixa as mentes simplesmente sem contato com o restante da realidade” (McDowell, 1996, p. xiii).

Há um problema geral do qual se segue uma ansiedade geral. Porém, a forma como cada posição filosófica se engaja com esse problema geral explicita ansiedades específicas e formas ineficazes de lidar com o problema tal como ele foi abordado pela posição sob análise. Por um lado, propostas coerentistas como as de Sellars e, especialmente, Davidson, por identificarem corretamente o caráter normativo de nossas afirmações, extraem disso uma consequência inaceitável, qual seja, a de que os impactos do mundo sobre nós não devem ser pensados em um contexto propriamente racional-normativo. No fim das contas, isso desemboca em um desinteresse ou explicação *ad hoc* sobre o conteúdo empírico das afirmações sobre a realidade: “Sensações causam algumas crenças e neste sentido são a base ou fundamento dessas crenças. Mas a explicação causal de uma crença não mostra como ou por que uma crença é justificada” (Davidson, 1986, pp. 310 e 311).<sup>24</sup> Ou seja, em nosso conjunto de crenças ou em nosso espaço das razões, os limites deste espaço (i.e., nossas crenças sobre nossas experiências do mundo) são gerados segundo uma lógica causal dentro do “reino da lei [natural]” (McDowell, 1996, p. xv), a qual é incompatível em seu modo de operação com a própria crença que foi gerada. Torna-se “tentador”, assim, um alargamento forçado do espaço das razões: apelar ao dado não-conceitual como uma forma legítima de justificação de nossas afirmações sobre o mundo.<sup>25</sup> Nós começaríamos a supor – dado que o coerentismo nos deixou aflitos quanto à possibilidade de termos contato com mundo – que “nós entendemos como apontar para uma porção do dado poderia justificar o uso de um conceito em um juízo” (McDowell, 1996, p. 6).

Ora, assim, entra-se em um movimento pendular; “há um perigo de cair em uma interminável oscilação” (McDowell, 1996, p. 9). Por um lado, o coerentismo deliberadamente não

<sup>24</sup> No contexto de MM, Sellars e Davidson são colocados como intercambiáveis, ambos aderindo a esse tipo de explicação *ad hoc*. Contudo, a posição de Sellars é profundamente reavaliada por McDowell nos anos seguintes, de modo a se mostrar com facetas mais interessantes do que uma resposta (cf. McDowell, 2008).

<sup>25</sup> “Quando somos tentados pelo mito do dado, nós cuidadosamente asseguramos que relações [ocorridas] através da fronteira externa do espaço dos conceitos, relações entre porções do dado [não-conceitual] e os juízos mais básicos da experiência, podem ser constituidoras de razão; esse é o ponto de classificar o espaço das razões a estender-se mais largamente do que o espaço dos conceitos” (McDowell, 1996, p. 8, nota 7).

se importa em suprir a carência de um constrangimento normativo advindo da experiência, insistindo em um dar e pedir razões que é puramente um “giro sem fricção no vazio” (McDowell, 1996, p. 11); por outro lado, o partidário do alargamento do espaço das razões propõe “exculpações onde nós queríamos justificações” (McDowell, 1996, p. 8), isto é, propõe um mero apontar para o conteúdo não-conceitual como cumprindo um papel de constrangimento normativo – em outros termos, mito do dado. Com isso,

podemos remeter [*to trace to*] algumas ansiedades distintivas da filosofia moderna a uma tensão entre duas forças, ambas as quais possuem uma tendência compreensível [*intelligible*] a moldar nossa reflexão sobre o pensamento empírico (McDowell, 1996, p. xvi).

Trata-se de posições filosóficas que passam uma à outra quando tentam preservar aquilo que para elas é mais caro, segundo a forma pela qual abordaram o problema geral da possibilidade de se pensar objetivamente. Coerentistas abordam a diferença de registros (i.e., entre espaço das razões e espaço da causalidade) como fato com o qual temos de lidar colocando maior peso sobre o caráter *sui generis* do espaço das razões e abandonando a racionalidade dos impactos do mundo exterior sobre nós – o que torna insustentável sua proposta. Igualmente insustentável é o mito do dado, cujos partidários veem como única saída possível para o impasse levantado pelos coerentistas um mero apontar exculpatório para um conteúdo não-conceitual que sustentaria os movimentos propriamente normativos. Porém, as ansiedades geradas por essas posições, que as leva ao movimento pendular incessante, somente são exorcizadas<sup>26</sup> efetivamente quando um novo quadro lhes é apresentado. Este quadro deve mostrar de que modo a relação entre mente e mundo é completamente compreensível a partir dos *insights* que cada uma das posições traz à tona, a saber, que de fato o espaço das razões é *sui generis*, por um lado, e, por outro, que apenas a experiência sensível é a última instância de apelação para a justificação de nossas afirmações sobre o mundo. Em suma, um tal quadro “exorciza” completamente essas posições porque promove uma “cura”. Em MM, McDowell trabalha distintivamente com ao menos duas alternativas de cura<sup>27</sup> que, a bem da verdade, são complementares.

Primeiro, McDowell propõe que consideremos seriamente e levemos ao limite a proposta kantiana da inextricabilidade entre conceitos e intuições (*KrV*, A52/B75, apud. McDowell, 1996, pp. 3 e 4). Fazer isso é entender que qualquer afirmação que pretende ter algum conteúdo racional precisa que os dois pólos estejam trabalhando concomitantemente, sem que haja, portanto, conceitos vazios ou intuições cegas (*KrV*, A51/B75). O caso fundamental, por certo, são as afirmações ou crenças que se localizam na fronteira [*boundary*] entre mente e mundo, isto é, aquelas sobre nossas experiências do mundo: se levamos a sério a tese da inextricabilidade, chegamos à conclusão que o conteúdo dessas afirmações, para exercer coerção racional, tem de ser proveniente da cooperação entre conceitos e intuições, entre espontaneidade e receptividade, e não apenas um produto da sensibilidade, pois, assim, tal produto seria uma intuição cega ou, voltando aos termos a partir dos quais apresentamos MM, um dado mitificado. Por outro lado, se não aceitamos o conteúdo como não-conceitual, também não devemos não aceitar qualquer

<sup>26</sup> Essa metáfora aparece ao longo de todo o livro. Ex: “O ‘quietismo’, o evitar qualquer filosofia substantiva, é realmente o ponto. Questões como ‘como é possível o significado?’ expressam uma sensação fantasmagórica, e o ponto de Wittgenstein é que nós não deveríamos tolerar a sensação fantasmagórica, mas, ao invés disso, exorcizá-la” (McDowell, 1996, p. 176). Tal citação foge do escopo de nossa análise, apesar de corroborar com o fio condutor geral de nosso artigo. Para menções à metáfora do “exorcismo” em contextos mais relevantes para os trechos de MM que analisamos mais detidamente, cf. McDowell, 1996, pp. xx - xxiv.

<sup>27</sup> Ao menos duas, pois poderíamos elencar mais alternativas. Falaremos brevemente da inextricabilidade entre conceitos e intuições e da segunda natureza, mas poderíamos falar ainda do “conceitual sem delimitações” de inspiração hegeliana (McDowell, 1996, pp. 40 - 45), do “platonismo naturalizado” (McDowell, 1996, pp. 91 - 95), da tese wittgensteiniana da “abertura” (McDowell, 1996, pp. 27 - 29), da capacidade de mobilização de contrafactuais (McDowell, 1996, pp. 29 - 34), etc.

conteúdo e, então, permanecer em um jogo de conceitos vazios, como os coerentistas. É possível, desta forma, ao alçar a ideia de inextricabilidade ao posto de pedra de toque, preservar os anseios de ambos os lados, exorcizando as ansiedades. Mais precisamente, a inextricabilidade aparece na ideia de que a receptividade é alcançada pela espontaneidade no momento do impacto do mundo exterior sobre o sujeito – desde que se trate de uma experiência acerca da qual iremos formular afirmações.<sup>28</sup> Em uma experiência sobre a qual julgamos seu conteúdo, “as capacidades conceituais relevantes são exercidas *na* receptividade” (McDowell, 1996, p. 9), pois, do contrário, o mundo sequer se apresentaria para nós – afinal, sem o conceito adequado para uma experiência, teríamos tal experiência?<sup>29</sup> (McDowell, 1996, p. 10). Sucintamente, ao conceber a inextricabilidade que chega até o limite entre mente e mundo, a receptividade, apresentamos um quadro que ambas as posições analisadas aceitariam, pois esse quadro conjuga os anseios das duas posições:

Experiências são de fato receptividade em operação; assim, elas podem *satisfazer a necessidade de um controle externo* sobre nossa liberdade no pensamento empírico. Mas, capacidades conceituais [...] estão já em operação nas experiências elas mesmas, não apenas em juízos baseados nelas; então, as experiências podem estar *de modo compreensível em relações racionais com nosso exercícios de liberdade*<sup>30</sup> *implícitos na ideia de espontaneidade* (McDowell, 1996, p. 24, grifo nosso).

Segundo, McDowell propõe um novo olhar sobre ou mesmo uma rejeição da “dicotomia de espaços lógicos”, isto é, entre os âmbitos do dar e pedir razões e da causalidade (McDowell, 1996, p. xviii). Isso significa uma concepção de natureza humana que não se detém na divisão entre, por um lado, o que é *sui generis* do humano, a racionalidade, e, por outro, o que é compartilhado com outros animais, a sensibilidade redutível a parâmetros causais. McDowell avança a possibilidade de pensarmos que não há descontinuidade entre os espaços. Em última instância, poderíamos falar de uma “segunda natureza”, que é adquirida pelo ser humano

ao ser iniciado em capacidade conceituais, cujas inter-relações pertencem ao espaço lógico das razões. Uma vez que lembramos da segunda natureza, vemos que as operações da natureza podem incluir circunstâncias cujas descrições as colocam no espaço das razões, *sui generis* tal como este espaço é (McDowell, 1996, p. xx).<sup>31</sup>

De modo mais claro do que na alternativa da inextricabilidade, a “segunda natureza” é um convite a uma mudança radical de perspectiva, adentrar em “uma forma de pensar que deixaria até mesmo o último dualismo [i.e., entre os espaços lógicos] não parecendo clamar por uma filosofia construtiva” (McDowell, 1996, pp. 94 e 95). Essa mudança, no entanto, acomoda perfeitamente os anseios das posições escrutinadas, pois um de seus pontos é que, em uma

<sup>28</sup> Com isso, McDowell não está dizendo que a receptividade se confunde com a espontaneidade, mas que a primeira tem de estar trabalhando em conjunto com a última no caso de experiências sobre as quais formulamos juízos.

<sup>29</sup> Para uma avaliação bem acabada da questão dos conceitos relevantes como condição de possibilidade do pensamento objetivo, teríamos de adentrar na leitura de McDowell de Sellars e Evans – algo que aqui não é possível. Contudo, indicamos o cerne desta leitura de McDowell: “O que é para algo ser vermelho, digamos, não é inteligível a menos que embalado [*packaged*] com um entendimento do que é para algo parecer vermelho. A ideia de ser vermelho não vai além da ideia de ser da forma que as coisas vermelhas parecem nas circunstâncias adequadas. Isso tem uma implicação que eu posso colocar da seguinte forma: ainda que julgar que algo é vermelho seja ativo, um exercício da espontaneidade, isso está tão pouco removido da passividade da experiência quanto qualquer juízo poderia estar. [...] Nenhum sujeito pode ser reconhecido como tendo experiências de cor exceto contra um entendimento de fundo que torna possível para juízos endossar tais experiências a encaixarem-se dentro de sua visão de mundo. Este sujeito deve estar equipado com tais coisas como o conceito de superfícies visíveis de objetos, e o conceito de condições adequadas para dizer qual é a cor de algo ao olhar para este algo” (McDowell, 1996, pp. 29 e 30). Cf. Evans, 1985, pp. 249 - 280; Sellars, 1956, pp. 267 - 277.

<sup>30</sup> i.e., a ideia de dar e pedir razões.

<sup>31</sup> Algo semelhante é dito em McDowell, 2000.

perspectiva da segunda natureza, nossa receptividade não é incompatível com a nossa livre articulação conceitual, a espontaneidade, havendo, portanto, impactos sobre a receptividade que são assimilados normativamente – tal como suscita a primeira alternativa.

Trilhado parte do percurso de MM resumidamente, com o enfoque naquilo que admitidamente é seu objetivo principal, a terapia filosófica, podemos enfim destacar seus aspectos metodológicos, que estão manifestamente em paralelo com os resultados metodológicos obtidos na segunda parte do artigo.

(1) McDowell aponta como há um problema geral, a possibilidade da relação entre mente e mundo, de onde se segue uma “ansiedade mais profunda”: como podem registros que aparentemente operam de modos incompatíveis, um normativamente e o outro causalmente, se conectarem de modo racional, isto é, havendo coerção normativa nos impactos do mundo sobre o sujeito. Esse problema geral, conforme esses termos, é abordado de maneiras distintas, gerando ansiedades distintas. Por um lado, coerentistas apontam ao caráter *sui generis* do espaço das razões e sua assimetria com o espaço da causalidade ou reino da lei; por outro lado, partidários do mito do dado consideram que, ainda assim, é preferível recorrer ao dado não-conceitual de forma a assegurar algum constrangimento do mundo sobre nossas formulações acerca dele.

(2) McDowell mostra como as duas posições tomadas frente ao problema geral são ineficazes e, nesta medida, entram em movimento pendular: o coerentismo recai no mito do dado por não se preocupar em oferecer uma explicação da coerção normativa advinda da experiência; o partidário do mito do dado procura alargar indevidamente o espaço das razões, tapando os olhos para a normatividade que caracteriza esse espaço.

(3) McDowell, por fim, fornece a cura que completa o exorcismo das posições já explicitadas como ineficazes dado a forma que abordam o problema. A cura consiste em respeitar os *insights* legítimos de cada posição, os dispondo em um novo enquadramento dos termos a partir dos quais o problema geral se constituía. McDowell propõe: primeiro, a ideia de que a inextricabilidade entre conceitos e intuições ou entre espontaneidade e receptividade tem de se dar até um ponto limite, qual seja, a experiência do mundo exterior, apenas na medida em que esta experiência traga consigo o conteúdo de uma afirmação sobre o próprio mundo; segundo, a ideia de uma segunda natureza, isto é, que há uma continuidade entre a sensibilidade e a capacidade de articulação conceitual humanas, o que gera uma mudança de perspectiva acerca da dicotomia entre o espaço das razões e o espaço da causalidade. Com essas alternativas, são preservados tanto o caráter *sui generis* do espaço das razões quanto a necessidade de coerção racional advinda do mundo exterior.

\* \* \*

Para um alinhamento entre os resultados enumerados na segunda parte do texto e a última, não é necessário grande esforço: (1) exposição de como a configuração de certos termos se dá de forma problemática, gerando determinadas consequências inaceitáveis; (2) análise de como se dão diferentes abordagens do problema inicial e como tais abordagens levam a propostas filosóficas insatisfatórias ou ineficazes; (3) reorganização dos termos do problema exposto inicialmente de modo não problemático, respeitando os anseios de cada uma das propostas filosóficas que tenta solucionar o problema, pois apenas assim os proponentes abrem mão de suas posições.<sup>32</sup>

O que, no entanto, nos interessa sobremaneira destacar, à guisa de conclusão, é que uma leitura de MM que é circunscrita por esses passos poderia vir a parecer uma escolha entre outras se não tivéssemos em vista tanto o argumento da primeira parte do artigo, que vincula o modelo

<sup>32</sup> Para uma exposição minuciosa desta conclusão esquemática, cf. Slavov, 2025, pp. 105 - 111.

terapêutico wittgensteiniano de filosofia às elaborações filosóficas do próprio McDowell, quanto uma análise do tema que McDowell considera um exemplar perfeito de como um filósofo deve proceder – aliás, Wittgenstein seria o único grande filósofo do passado que não pode ser compreendido “sem prestar atenção ao seu método auto-conscientemente praticado” (McDowell, 2015, p. 26). A nossa escolha por MM não é fortuita: trata-se do trabalho de maior relevância do autor e as metáforas terapêuticas são colocadas como seu objetivo fundamental. O que neste artigo começamos a sugerir, escolhendo MM como ponto de partida, é que toda a filosofia de McDowell é circunscrita por esse modelo terapêutico wittgensteiniano extraído da leitura do argumento do seguimento de regras – algo que só pode de fato ser afirmado sem ressalvas após um trabalho de muito mais fôlego do que este.

## Referências

- BAKER, Gordon. *Wittgenstein's Method: neglected aspects: essays on Wittgenstein by Gordon Baker*. Malden: Blackwell Publishing Ltd, 2004.
- BORDIGNON, Michela. Objectivity and Subjectivity in Hegel and McDowell. In: ABATH, André; SANGUINETTI, Federico (eds.). *McDowell and Hegel*. Berlin: Springer Verlag, 2018, pp. 154 - 174.
- CHENG, Tony. *John McDowell on Worldly Subjectivity: Oxford Kantianism meets phenomenology and cognitive sciences*. New York: Bloomsbury Academic, 2021.
- CORTI, Luca. Neo-Hegelian Metaphilosophy from Pittsburgh. In: ILLETERATI, Luca; MIOLLI, Giovanna (eds.). *The Relevance of Hegel's Concept of Philosophy*. London: Bloomsbury, 2022.
- CORTI, Luca. *Ritratti Hegeliani. Um capitolo della filosofia Americana contemporanea*. Roma: Carocci Editore, 2014.
- DE GAYNESFORD, Maximilian. *John McDowell*. Malden, MA: Polity Press, 2004.
- EVANS, Gareth. *Collected Papers*. New York: Oxford University Press, 1985.
- FINKELSTEIN, David. *Wittgensteinian Quietism*. Tese (Doutorado em Filosofia). University of Pittsburgh, Pittsburgh: 2006. [d-scholarship.pitt.edu/concern/etds/585cde86-1110-4683-bb77-84d5852880bf](https://d-scholarship.pitt.edu/concern/etds/585cde86-1110-4683-bb77-84d5852880bf).
- KANT, I. *Gesammelte Schriften herausgegeben von der Deutschen Akademie der Wissenschaften, anteriormente Königlich Preussischen Akademie der Wissenschaften*, 29 vols. Berlin: Walter de Gruyter, 1902-. <https://korpora.zim.uni-duisburg-essen.de/kant/verzeichnisse-gesamt.html>.
- KRIPKE, Saul. *Wittgenstein on Rules and Private Language: an Elementary Exposition*. Cambridge: Harvard University Press, 1982.
- MARCHESIN, Marco. *La norma elusiva. Regole e comunità nel secondo Wittgenstein*. Dissertação (Mestrado em Filosofia). Università degli Studi Di Padova, Padova: 2016. [https://thesis.unipd.it/retrieve/c2b25174-4764-4bd5-b832-f8ec8b105138/Tesi\\_Marco\\_Marchesin.pdf](https://thesis.unipd.it/retrieve/c2b25174-4764-4bd5-b832-f8ec8b105138/Tesi_Marco_Marchesin.pdf).
- MCDOWELL, John. The role of Eudaimonia in Aristotle's ethics. In: RORTY, Amélie (ed.). *Essays on Aristotle's ethics*. Berkeley: University of California Press, 1980, pp. 359 - 376.
- MCDOWELL, John. De re senses. In: *Philosophical Quarterly*. Vol. 34, n. 136. 1984a, pp. 283 - 294.
- MCDOWELL, John. Wittgenstein on following a rule. In: *Synthesis*. Vol. 58. 1984b, pp. 325 - 364.; in: MCDOWELL, John. *Mind, value, and reality*. Cambridge: Harvard University Press, 1998, pp. 221 - 262.
- MCDOWELL, John. Meaning and intentionality in Wittgenstein's later philosophy. In: *Midwest Studies in Philosophy*. Vol. 17. Notre Dame: University of Notre Dame Press, 1993, pp. 40 - 52; in: MCDOWELL, John. *Mind, value, and reality*. Cambridge: Harvard University Press, 1998, pp. 263 - 278.
- MCDOWELL, John. Two sorts of naturalism. In: HURSTHOUSE, Rosalind; GAVIN, Lawrence; QUINN, Warren (eds.). *Virtues and Reasons: Philippa Foot and Moral Theory, Essays in Honour of Philippa Foot*. Oxford: Clarendon; New York: Oxford University Press, 1995, pp. 149 - 179.
- MCDOWELL, John. *Mind and World*. Cambridge: Harvard University Press, 1996.
- MCDOWELL, John. Experiencing the world . In: WILLASCHEK, Marcus (ed.). *John McDowell, reason and nature*. Münster : LIT Verlag, 2000, pp. 3 - 18.

- MCDOWELL, John. *Having the world in view: Essays on Kant, Hegel, and Sellars*. Cambridge: Harvard University Press, 2008.
- MCDOWELL, John. Wittgensteinian “quietism”. In: *Common Knowledge*. Vol. 15, n. 3, 2009, pp. 365 - 372.
- MCDOWELL, John. Philosophical method. In: *Journal of Philosophical Research*. Vol. 40. 2015, pp. 25 - 29.
- MCDOWELL, John. Responses. In: ABATH, André; SANGUINETTI, Federico (eds.). *McDowell and Hegel*. Berlin: Springer Verlag, 2018a, pp. 231 - 58.
- MCGINN, Marie. Recognizing the Ground that Lies before us as Ground: McDowell on How to Read. In: MUNZ, Volker (ed.). *Essays on the philosophy of Wittgenstein*. De Gruyter, 2010, pp. 147 - 168.
- RAJCHMAN, John; WEST, Cornel (eds.). *Post-analytic philosophy*. Columbia University Press, 1985.
- SANGUINETTI, Federico. Hegel and McDowell on the “Unboundedness of the Conceptual”. In: ABATH, André; SANGUINETTI, Federico (eds.). *McDowell and Hegel*. Berlin: Springer Verlag, 2018, pp. 135 - 153.
- SEGATTO, Antonio. *Wittgenstein e o problema da harmonia entre pensamento e realidade*. São Paulo: Editora UNESP, 2015. <https://static.scielo.org/scielobooks/cmwx/pdf/segatto-9788568334621.pdf>.
- SELLARS, Wilfrid. Empiricism and the Philosophy of Mind. In: *Minnesota studies in the philosophy of science*. Vol. 1, n. 19, 1956, pp. 253 - 329.
- SLAVOV, Iuri. *A concepção terapêutica de filosofia de John McDowell: entre a leitura de Wittgenstein e Mente e Mundo*. Dissertação (Mestrado em Filosofia). Universidade Federal do ABC, São Bernardo do Campo: 2025.
- SPIEGEL, Thomas. *Naturalism, Quietism and the Threat to Philosophy*. Basel: Schwabe Verlag, 2021.
- THORNTON, Tim. *John McDowell*. Segunda edição. New York: Routledge, 2019.
- VIRVIDAKIS, Stelios. Varieties of Quietism. In: *Philosophical Inquiry*. Vol. 30, n. 1 - 2, pp. 157 - 175.
- WITTGENSTEIN, Ludwig. *Investigações filosóficas*. Tradução de Giovane Rodrigues e Tiago Tranjan. São Paulo: Fósforo, 2022.
- WITTGENSTEIN, Ludwig. *Philosophical Investigations*. Traduzido por G. E. M. Anscombe. Segunda edição bilíngue. Malden: Blackwell, 1958.
- WRIGHT, Crispin. Human nature? In: SMITH, Nicholas (ed.). *Reading McDowell: On Mind and World*. New York: Routledge, 2002, pp. 140 - 159.
- WRIGHT, Crispin. *Wittgenstein on the Foundations of Mathematics*. Cambridge: Harvard University Press, 1980.

---

Autor(a) para correspondência / Corresponding author: Iuri Slavov. iurislavov98@gmail.com